

Sumário

CAPÍTULO I

VOCÊ REALMENTE DESEJA INGRESSAR NA CARREIRA DA MAGISTRATURA?	25
1. Mito do subsídio libertador	26
2. Mito da aposentadoria tranquila	29
3. Mito da escolha dirigida	31
4. Mito da manutenção da vida social	32
5. Mito do trabalho em equipe	35
6. Mito da impermeabilidade psicológica às questões julgadas	36
7. Mito da segurança efetiva prestada pelo Estado	37

CAPÍTULO II

A MAGISTRATURA	39
1. Aspectos Positivos – convite ao ingresso na carreira	39

CAPÍTULO III

INÍCIO DE ESTUDO	43
1. Escolha do ramo da magistratura	43
2. Análise do edital	44
3. Resolução nº 75/09 do Conselho Nacional de Justiça – Padronização das fases do concurso para o ingresso na carreira da magistratura	44

3.1	Etapas e conteúdo programático	45
3.2	Fases estanques	48
3.3	Forma de classificação e peso de cada etapa.....	49
3.4	Hipóteses de eliminação do candidato	51
3.5	Publicidade do certame.....	51
3.6	Inscrição preliminar – regras gerais	52
3.6.1	Valor da taxa de inscrição	53
3.6.2	Obrigatoriedade de entrega da documentação na sede do Tribunal – Ausência de direito à inscrição via internet	53
3.7	Modificação das regras editalícias após o início das inscrições preliminares	55
3.8	Competência da Comissão de Concurso.....	56
3.9	Impedimento e suspeição dos membros das Comissões Examinadoras.....	56
3.10	Participação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público ..	57
3.10.1	STF – entendimento exarado na ADI 2204/MT.....	57
3.11	Prazo de validade e conclusão do certame	59
3.12	Sistema de cotas – obrigatoriedade	59
4.	Precedentes do Conselho Nacional de Justiça.....	61
4.1	Data da prova.....	61
4.1.1	Dia útil	61
4.1.2	Remarcação da data da prova por credo religioso.....	62
4.2	Limites de idade	63
4.2.1	Precedentes dos Tribunais Superiores – Idade	64
4.2.2	Entendimento do Conselho Nacional de Justiça.....	64
4.3	Extrapolação do prazo de conclusão do certame	65
4.4	Ausência de direito adquirido à prorrogação do concurso	65
4.5	Repasse de atos executórios do concurso à Instituição Especializada após a publicação do edital de abertura do certame – Tribunal de Justiça da Paraíba	65
4.6	Impedimento e suspeição dos membros das Comissões Examinadoras.....	66
4.6.1	PCA nº 4362-21/2013 – Tribunal de Justiça do Estado de Goiás...	66
4.6.2	Impedimento e suspeição da Comissão examinadora – Alcance.....	67
4.6.3	Candidatos assessores de examinadores – inexistência de presunção absoluta de má-fé ou irregularidade.....	68
4.6.4	Escolas da magistratura – Docentes.....	68

4.7	Recusa do nome indicado pela OAB para compor a Comissão Examinadora.....	69
4.8	Prova oral sem examinador da OAB – ausência de nulidade	69
4.9	Intervenção do Conselho Nacional de Justiça nos concursos – necessidade de demonstração de interesse geral.....	70
4.10	Sistema de cotas para negros.....	70

CAPÍTULO IV

PRIMEIRA FASE.....	73
1. Regras específicas previstas.....	73
1.1 Peso na média geral e índice mínimo para aprovação	73
1.2 Quantitativo de aprovados.....	73
1.2.1 Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Exceção à regra geral	75
1.3 Data de realização da prova.....	75
1.3.1 Prova em dois dias subsequentes – Possibilidade.....	76
1.3.2 Caso TJMA x TRF 5ª Região – Devolução integral do valor da inscrição.....	76
1.4 Questões objetivas	77
1.4.1 Doutrina dominante ou jurisprudência dos Tribunais Superiores ...	77
1.4.2 Questionamento inserido no conteúdo programático	77
1.4.3 Falta de indicação específica da assertiva considerada correta – Nulidade da questão.....	78
2. Precedentes do Conselho Nacional de Justiça.....	78
2.1 Repetição de questões – TRF 4ª Região, TJRR e TJAL.....	78
2.2 Recurso provido para considerar duas alternativas como corretas – inexistência de nulidade	80
2.3 Divulgação errônea da nota de corte (TJMG) – falta de direito público subjetivo.....	81
2.4 Extensão subjetiva dos efeitos de decisão judicial – inviabilidade	82
2.5 CNJ – impossibilidade de atuação como instância recursal das decisões da Banca Examinadora.....	82
2.6 Critérios de avaliação dos recursos – divulgação posterior	83
3. Orientações práticas para a fase objetiva.....	83
3.1 Montagem de cronograma de estudo.....	85
3.2 Códigos e leis – estratégia para otimizar a apreensão do conhecimento	87

3.3	Informativos de jurisprudência dos Tribunais Superiores – organização para estudo.....	88
3.4	Súmulas de jurisprudência dos Tribunais Superiores – leitura direcionada..	90
3.5	Resolução de exercícios.....	90
3.6	Pesquisa do perfil da Banca Examinadora	91

CAPÍTULO V

SEGUNDA FASE – PRIMEIRA PROVA ESCRITA	93
1. Regras aplicáveis	93
1.1 Realização da prova com o auxílio de computadores ou laptops – TJSC	95
1.2 Fornecimento de material de consulta pela Banca Examinadora (TJAM) – nulidade	95
1.3 Arredondamento de nota – inviabilidade.....	96
1.4 Adoção de linha interpretativa do direito – legalidade.....	97
1.5 Supremo Tribunal Federal.....	99
1.5.1 Inviabilidade de revisão judicial dos critérios dos examinadores.....	99
1.5.2 Exame do conteúdo das questões pelo Judiciário	100
1.5.3 Correção da prova discursiva por tópicos.....	100
1.5.4 Previsão editalícia exaustiva das normas e casos julgados passíveis de utilização nos questionamentos – desnecessidade	101
1.5.5 Quesito fora do edital mencionado na prova	101
1.5.6 Caligrafia ruim – Correção equivocada.....	102
2. Entendimentos exarados pelo Conselho Nacional de Justiça.....	102
2.1 Forma de cobrança das disciplinas – discricionariedade da Banca Examinadora (TJSP)	102
2.2 Explicação detalhada da nota atribuída – desnecessidade (TRF 3ª Região)	103
2.3 Erro material da prova corrigido antes da divulgação dos resultados – nulidade não reconhecida (TRT 1ª Região)	104
2.4 Troca de caderno de resposta por candidata – matéria sem interesse geral ..	105
2.5 CNJ – intervenção restrita a irregularidades ou ilegalidades cometidas pela Banca Examinadora ou Tribunal realizador do certame.....	105
2.6 Divulgação dos critérios de correção da prova (TRF 3ª Região) – desnecessidade	106
2.7 Fórmula para determinação do número de candidatos para a convocação à segunda etapa – legalidade.....	109

2.8	Divulgação de espelhos de correção – ausência de caráter geral para ensejar a atuação do CNJ	109
2.9	Crêterios de avaliaçãõ dos candidatos (TJAL) – questões com subtõpicos (discricionariedade da Banca Examinadora)	110
2.10	Anulaçãõ com atribuiçãõ dos pontos a todos os candidatos (TJPE) – prestígio à isonomia	111
2.11	Divulgaçãõ prèvia do nùmero de questões discursivas (TJSC) – desnecessidade	111
2.12	Vinculaçãõ dos recursos ao examinador que elaborou a questãõ	112
3.	Orientações pràticas de preparaçãõ para a primeira prova discursiva	112
3.1	Montagem do cronograma de estudo para a 2ª Etapa – prova de questões .	113
3.2	Avaliaçãõ prèvia da quantidade de questões dissertativas	113
3.3	Realizaçãõ de exercìcios simulados	115
3.3.1	Caligrafia – letra de forma	115
3.3.2	Habitualidade às respostas diretas	116
3.3.3	Nãõ utilizaçãõ de rascunhos – uso do relógio	118
3.3.4	Ordem e forma de resoluçãõ das questões – atençãõ para provas com subitens ou subperguntas	119
3.4	Questões em branco – erro inescusável	120
3.5	Análise das provas anteriores – estilo de questionamento – doutrina, casos pràticos, extensãõ das respostas e limitaçãõ de linhas	120
3.6	Pesquisa do perfil dos examinadores	122
3.7	Informativos de jurisprudência e súmulas dos Tribunais Superiores	122
3.8	Compêndios de legislaçãõ para uso durante a prova	122
3.9	Livros para o estudo dirigido – 2ª Etapa	123

CAPÍTULO VI

SEGUNDA FASE – PROVA DE SENTENÇA	125
1. Regras gerais aplicáveis	125
2. Precedentes do Conselho Nacional de Justiça	125
2.1 Metodologia de avaliaçãõ da prova de sentença (TJPB e TJPA) – discricionariedade da Banca Examinadora	125
2.2 Recomposiçãõ da Comissãõ do Concurso apõs o inìcio da correçãõ das provas de sentença (TRF 3ª Regiãõ) – renovaçãõ das provas	126
2.3 Extraçãõ de cõpias para recurso – necessidade de demonstraçãõ do dano em razãõ da inviabilidade (TJSP)	128

3.	Recurso em mandado de segurança nº 27.566/CE – Aplicação do princípio da confiança aos concursos públicos	130
3.1	Caso concreto.....	130
3.2	Julgamento.....	131
4.	Orientações práticas para a realização da prova de sentença.....	134
4.1	Orientações iniciais	134
4.1.1	Aquisição da técnica de elaboração da sentença – treinamento com exercícios.....	135
4.1.2	Treinamento – orientações práticas.....	138
4.1.2.1	A correta administração do tempo	138
4.1.2.2	Esquema prévio ou roteiro lógico da sentença antes de se iniciar a resposta	139
4.1.2.3	Material de apoio ao treinamento	142
4.1.2.4	Caligrafia – aperfeiçoamento e aspectos relativos ao uso da letra de forma	142
4.1.3	Aspectos essenciais da linguagem e fundamentação da sentença.....	143
4.1.3.1	Sentença completa e com linguagem clara, concisa, correta e organizada.....	143
4.1.3.2	Atenção especial às especificidades do problema (datas e pedido), bem como às questões cognoscíveis de ofício	147
4.1.3.3	Observância obrigatória da orientação dos Tribunais Superiores (jurisprudência e entendimentos sumulados) e referências legais	149
4.1.3.4	Análise das provas anteriores – estilo, extensão do questionamento e limitação de linhas.....	151
4.1.3.5	Pesquisa do perfil dos examinadores – estilos de redação, estruturação de parágrafos e fundamentação por esses adotados.....	154
4.2	Exposição do regramento aplicável às sentenças	155
4.2.1	Elementos estruturais da sentença	155
4.2.1.1	Relatório.....	156
4.2.1.2	Fundamentação	156
4.2.1.2.1	Preliminares e Prejudiciais.....	156
4.2.1.2.2	Avaliação do mérito	159
4.2.1.3	Dispositivo	161

4.3	Sentenças – espécies de cobrança obrigatória previstas na Resolução nº 75/09 do CNJ	163
4.3.1	Sentença cível.....	163
4.3.1.1	Sentenças de casos simples	163
4.3.1.2	Sentenças nas ações de natureza dúplice, e em feitos com cumulação de demandas e/ou intervenção de terceiros.....	164
4.3.2	Sentença penal	165
4.3.2.1	Sentenças criminais de casos simples.....	169
4.3.2.2	Sentenças criminais de casos complexos.....	170
4.3.2.3	Sentenças absolutórias	171
4.3.2.4	Sentenças do Tribunal do Júri	172
4.3.3	Sentença trabalhista.....	173
4.4.	Dicas finais.....	175

CAPÍTULO VII

INSCRIÇÃO DEFINITIVA.....	177
1. Regras Gerais da Resolução nº 75/09 do CNJ	177
2. Conceito de atividade jurídica	178
3. Avaliação das atividades desempenhadas para a comprovação da prática jurídica – competência afeta às Comissões de Concurso	179
4. Atividade jurídica – momento para a comprovação.....	180
4.1 PCA nº 3579-68/2009 – impossibilidade de mitigação do prazo de três anos (TJMA).....	181
4.2 Consulta nº 4579-64/2013 – termo inicial de contagem do tempo de prática jurídica	182
5. Conselho Nacional do Ministério Público – padronização diversa quanto ao momento de comprovação da prática jurídica.....	183
6. Jurisprudência dos Tribunais Superiores e do TJDFT	185
6.1 STF (ADI 3460/DF) – constitucionalidade da cláusula de barreira do artigo 93, I, da CF.....	185
6.1.1 Termo inicial da contagem do triênio constitucional	185
6.1.2 Prazo trienal – afastamento da tese dos três exercícios forenses.....	187
6.1.3 Contagem do triênio constitucional – afastamento da tese de que se trata de prazo processual.....	187
6.1.4 Estágio acadêmico – impossibilidade de utilização para fins de contagem	188

6.1.5	Legitimidade para a arguição da falta do cumprimento do requisito constitucional.....	188
6.1.6	Reclamação constitucional – impossibilidade de utilização para se promover revisão fática.....	189
6.2	Superior Tribunal de Justiça.....	189
6.2.1	Momento de comprovação da prática jurídica.....	189
6.2.2	Prazo de 05 anos de prática (TJPB) – afastamento.....	190
6.2.3	Antecipação da data prevista para a inscrição definitiva – desconsideração.....	191
6.3	TJDFT – acompanhamento parcial da orientação do CNMP.....	192
6.4	Atividade Jurídica – entendimento do STF.....	198

CAPÍTULO VIII

EXAMES DE SANIDADE FÍSICA, MENTAL E PSICOTÉCNICO..... 201

1.	Regras aplicáveis.....	201
2.	Exame psicotécnico – requisitos obrigatórios.....	202
3.	Exame médico – reprovação necessariamente motivada.....	203
4.	Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.....	203
4.1	Exame psicotécnico.....	203
4.2	Exame médico – legalidade da eliminação.....	205
5.	Precedentes do Conselho Nacional de Justiça.....	206
5.1	Publicação dos resultados dos exames psicológicos (TJAP) – desnecessidade.....	206
5.2	Renovação do exame psicotécnico viciado (TJRO).....	207
6.	Orientações de preparação.....	208

CAPÍTULO IX

SINDICÂNCIA DA VIDA PREGRESSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL..... 209

1.	Regras específicas.....	209
2.	Subjetividade excessiva na investigação sigilosa (TJTO) – nulidade do certame ..	210
3.	Precedentes dos Tribunais Superiores.....	211
3.1	Eliminação motivada em fatos verídicos e concretos.....	211
3.2	Transação penal, inquéritos policiais e ações penais sem condenação – inviabilidade de eliminação do candidato.....	212

3.3	Omissão de informações pelo candidato	214
3.4	Apresentação intempestiva de documentos	214

CAPÍTULO X

PROVA ORAL.....	215
1. Regras previstas.....	215
2. Precedentes do Conselho Nacional de Justiça.....	216
2.1 Procedimento de Controle Administrativo nº 2289-13/2012 – 183º Concurso para o ingresso na magistratura do Estado de São Paulo	216
2.2 Matérias arguíveis – desnecessidade de exaurimento do ponto sorteado (TRF 2ª Região).....	220
2.3 Divulgação das notas individualizadas dos examinadores – falta de previsão normativa (TRF 2ª Região)	221
2.4 Irretratabilidade da nota atribuída na prova oral	222
2.5 Edital de substituição de examinador da prova oral – ausência de publicação (TJAP)	224
2.6 Rol de examinadores – publicação no dia da prova oral (TJRS)	225
2.7 Data da realização do exame – discricionariedade da Comissão do Concurso	225
2.8 Prova oral – obrigatoriedade de realização.....	226
2.9 Comissão da Instituição Especializada – membro da OAB (desnecessidade).....	227
3. Veto de Consciência (STF) – inconstitucionalidade.....	229
4. Orientações práticas para a prova oral.....	230
4.1 Orientações iniciais	230
4.2 Leitura atenta das regras específicas da prova oral.....	231
4.3 Regras específicas em espécie	232
4.3.1 Tempo de arguição.....	232
4.3.2 Agrupamento de matérias.....	233
4.3.3 Data e horário da prova.....	235
4.4 Ingestão de medicamentos para diminuir o stress – necessidade de consulta médica prévia	235

4.5	Postura corporal – exercícios gravados em vídeo	236
4.6	Treinamento específico de perguntas e respostas	236
4.7	Roupas para a prova oral.....	238
4.8	Prova oral em si – dicas para a apresentação e respostas.....	239

CAPÍTULO XI

TÍTULOS.....	243
1. Regras gerais	243
2. Previsão exaustiva – valoração	243
3. Etapa de Títulos – natureza classificatória ou eliminatória?	246
3.1 Conselho Nacional de Justiça	246
3.2 Superior Tribunal de Justiça – precedentes.....	248
4. Dicas Práticas	249

CAPÍTULO XII

RECURSOS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO.....	251
1. Regras gerais dos recursos administrativos no âmbito do Tribunal realizador do concurso	252
2. Medidas cabíveis no âmbito do Conselho Nacional de Justiça	255
2.1 Procedimento de Controle Administrativo	256
2.2 Pedido de Providências	258
3. Medidas Judiciais.....	259
4. Entendimentos exarados pelo Conselho Nacional de Justiça.....	260
5. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.....	262
6. Medida Judicial x Recurso Administrativo	266

CAPÍTULO XIII

CURSO DE FORMAÇÃO	267
1. Fase do Concurso x Realização após a posse.....	268
2. Precedentes do Conselho Nacional de Justiça.....	269
2.1 Estágio prévio na Escola da Magistratura – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.....	269
2.2 Curso de Formação inicial anterior à prova de títulos – Tribunal de Justiça de Rondônia e Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	270

2.3 Afastamento de magistrado não vitalício para fins de participação em Curso de Formação Inicial de outro Tribunal.....	272
3. Regras da Escola Nacional de Formação de Magistrados – Resolução nº 03/2013	274

CAPÍTULO XIV

ENTREVISTAS COM MAGISTRADOS.....	275
1. Carla Patrícia Frade Nogueira Lopes.....	276
2. Cristiana de Alencar Lameiro da Costa	281
3. Fabrício Castagna Lunardi.....	285
4. James Eduardo da Cruz de Moraes Oliveira.....	291
5. Josmar Gomes de Oliveira	295
6. Junia de Souza Antunes	300
7. Laiz Alcântara Pereira	306
8. Paulo César Alves das Neves	310
9. Társis Augusto de Santana Lima	315
10. José Renato Nalini.....	318
11. Fausto Martin De Sanctis	323
12. Andréa Pachá.....	326
13. Sergio Fernando Moro.....	331
14. Fabio francisco esteves	334
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	341